

A SEDESE, conforme o disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 22.414/2016, e no parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 48.354, de 21 de janeiro de 2022, instaurou e conduziu o processo seletivo para os cargos de conselheiros da sociedade civil do CEJUVE, por meio do Edital Sedese Nº 02/2022, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais, de 19 de fevereiro de 2022, onde se estabeleceram os critérios e procedimentos gerais para seleção das entidades.

O Edital exige para comprovação da existência e atuação das Entidades a cópia do Estatuto Social e comprovante de situação regular atualizada do CNPJ. Tal exigência tem como fundamento o estrito cumprimento do disposto na Lei Estadual nº 22.414, de 2016, dispõe:

Art. 4º - O Cejuve-MG será composto por trinta e seis conselheiros, a serem nomeados pelo Governador do Estado, na forma de regulamento, dos quais:

II – vinte e quatro, e seus respectivos suplentes, serão representantes de entidades da sociedade civil, legalmente constituídas e em atividade há, pelo menos, um ano, com atuação no Estado, na promoção, atendimento, defesa, garantia, estudos ou pesquisas dos direitos da juventude.

Ocorre que a Entidade Recorrente não apresentou em tempo hábil os documentos exigíveis descritos nas alíneas a, b, c, d, e, f do subitem 2.3.2, inciso II, do subitem 2.3 do Edital, condição obrigatória para inscrição e habilitação.

Os documentos faltantes, exigidos na inscrição, foram encaminhados por e-mail após o período de inscrição, em 23 de março de 2022, o que motivou a inabilitação. Tais documentos não podem ser aceitos para fins de habilitação fora do prazo previsto no Edital, sob pena de ferir os princípios da legalidade, da isonomia e do interesse público, conforme estipulado pelo Edital:

2.4. O não encaminhamento de quaisquer dos documentos listados nas alíneas “a” até “f”, do subitem 2.3.2, inciso II, do subitem 2.3, impedirá a participação da entidade no processo seletivo, devendo a Sedese declarar a entidade inabilitada.

2.4.1. Não serão aceitos documentos, para fins de habilitação das entidades, com envio posterior ao prazo estabelecido no subitem 2.2, nem por outros meios diversos dos descritos neste Edital.

Ademais, resta claro no Edital que é ainda vedado o encaminhamento de novos documentos para análise da Comissão, quando da interposição de recurso, devendo as alegações se limitarem às razões recursais, conforme disposto no item 2.7.1, o que impediria qualquer recebimento e análise de documentação posterior.

Por fim, imperioso ressaltar, que a Comissão de Seleção prezou pelos princípios da legalidade e do interesse público, uma vez que o Edital normatiza critérios isonômicos para seleção das entidades da sociedade civil para composição do Conselho, conforme estipulado na Lei Estadual.

3. DA DECISÃO

Diante do exposto, CONHEÇO do presente recurso e no mérito NEGOU PROVIMENTO.

Nestes termos, é a DECISÃO.

RECURSO 4
RECURRENTE: INSTITUTO CIRCUITO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA E ARTE DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – CUCA DA UNE

JULGADOR: Titular da Subsecretaria de Direitos Humanos
INABILITAÇÃO: Impedimentos relativos ao item 2.1.5 do Edital Sedese Nº 02/2022

1. DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do Edital Sedese Nº 02/2022, a Comissão do Processo Seletivo encaminha para análise as razões recursais que deram ensejo ao questionamento da Entidade Recorrente acima identificada, quanto ao resultado da não habilitação. A entidade se manifestou por meio de e-mail questionando os critérios de impedimento, no prazo recursal, tendo sido, portanto, a manifestação recebida como recurso.

1.1. DA TEMPESTIVIDADE

Verifica-se que o recurso interposto foi apresentado no dia 29 de março de 2022, junto à Comissão de Seleção, dentro do prazo estipulado em cláusula editalícia, sendo, pois tempestivo.

1.2. DA ADEQUAÇÃO

O Instituto Circuito Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes – CUCA DA UNE, já devidamente qualificado no procedimento de inscrição, por meio de sua representante legal, Paola Fernandes Soccas, possui legitimidade recursal e a matéria apontada no recurso possui previsão expressa no Edital.

Desta feita, passamos à análise de mérito do recurso.

2. DO MÉRITO

Síntese da alegação: A Entidade Recorrente insurge-se contra a inabilitação, em razão de não se enquadrar nos impedimentos relativos ao item 2.1.5 do Edital Sedese Nº 02/2022, solicitando assim reavaliação da decisão.

A SEDESE, conforme o disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 22.414/2016, e no parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 48.354, de 21 de janeiro de 2022, instaurou e conduziu o processo seletivo para os cargos de conselheiros da sociedade civil do Cejuve, por meio do Edital Sedese Nº 02/2022, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais, de 19 de fevereiro de 2022, onde se estabeleceram as condições necessárias às entidades para participação no referido processo de seleção.

Nesse sentido, o Edital dispõe:

2.1.4. Cada entidade poderá ocupar apenas uma cadeira de representação da sociedade civil.

Tal disposição visa garantir a efetiva participação de diversos segmentos sociais no colegiado, devidamente representados por meio de entidades da sociedade civil, legalmente constituídas e em atividade há pelo menos um ano, com atuação no Estado, na promoção, atendimento, defesa, garantia, estudos ou pesquisas dos direitos da juventude, como evidencia o inciso II, art. 2º do Decreto nº 48.354/2022, que regulamenta o Conselho Estadual da Juventude de Minas Gerais – Cejuve/MG.

Art. 2º - O Cejuve-MG compõe-se de trinta e seis conselheiros, titulares e suplentes, sendo:

II - vinte e quatro representantes, mediante processo seletivo, de entidades da sociedade civil, legalmente constituídas e em atividade há pelo menos um ano, com atuação no Estado, na promoção, atendimento, defesa, garantia, estudos ou pesquisas dos direitos da juventude das seguintes áreas:

- diversidade social;
- expressão religiosa;
- direito político;
- esportes, lazer, cultura e artes;
- empreendedorismo;
- direitos sociais;
- trabalho e emprego;
- meio rural;
- representatividade setorial da indústria, do comércio e de serviços;
- representatividade estudiantil;
- direitos humanos;
- saúde.

A fim de assegurar o cumprimento da exigência expressa no item 2.1.4, o Edital Sedese Nº 02/2022, explicitou no item 2.1.5 o seguinte entendimento, para fins do mencionado processo seletivo:

2.1.5. Para fins deste Edital, entende-se por entidade, uma organização com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) próprio, que não se encontra subordinada organizacional ou administrativamente a outra entidade que também pleiteia assento no Conselho.

No âmbito das entidades habilitadas, conforme RESULTADO DE HABILITAÇÃO DAS ENTIDADES DO EDITAL SEDESE Nº 02/2022, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 29 de março de 2022, encontra-se a União Nacional dos Estudantes – UNE.

Isso posto, a Comissão de Seleção, no momento da análise documental inerente ao processo de habilitação das entidades, verificou que:

a) do Estatuto Social encaminhado pela CUCA da UNE em atendimento à documentação obrigatória consta, em todas as folhas rubricadas pelos responsáveis e também carimbadas pelo cartório responsável, a informação que um dos sites institucionais da entidade é une.org.br;

b) do Estatuto Social encaminhado pela CUCA da UNE em atendimento à documentação obrigatória consta, em todas as folhas rubricadas pelos responsáveis e também carimbadas pelo cartório responsável, que o e-mail institucional da entidade é cuca@une.org.br;

c) do Estatuto Social encaminhado pela CUCA da UNE em atendimento à documentação obrigatória consta, em todas as folhas rubricadas pelos responsáveis e também carimbadas pelo cartório responsável, o brasão oficial da União Nacional dos Estudantes – UNE;

d) do Estatuto Social encaminhado pela CUCA da UNE em atendimento à documentação obrigatória consta, em todas as folhas rubricadas pelos responsáveis e também carimbadas pelo cartório responsável, o mesmo endereço de sede indicado pela União Nacional dos Estudantes – UNE;

e) no portfólio de atividades realizadas pela entidade comprobatório de sua atuação na promoção, atendimento, defesa, garantia, estudos ou pesquisas dos direitos da juventude foram registradas ações desenvolvidas pela União Nacional dos Estudantes – UNE como a coluna “Encucados”, disponibilizada no site da UNE, e a 11ª Bial. Fato é, que a Entidade Recorrente no ato da interposição do recurso, não fez prova contrária quanto a sua não subordinação organizacional ou administrativa em relação à União Nacional dos Estudantes – UNE. Nesse sentido, os documentos encaminhados pela entidade no momento da inscrição demonstram subordinação organizacional ou administrativa a outra entidade que também pleiteia assento no conselho, implicando o Instituto Circuito Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes – CUCA DA UNE nos impedimentos legais de participação estabelecidos no item 2.1.5 do Edital nº 02/2022.

A Comissão de Seleção prezou pelos princípios da legalidade e do interesse público, uma vez que o edital normatiza critérios isonômicos para seleção das entidades da sociedade civil para composição do Conselho, conforme estipulado na Lei Estadual.

3. DA DECISÃO

Diante do exposto, CONHEÇO do presente recurso e no mérito NEGOU PROVIMENTO.

Nestes termos, é a DECISÃO.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2022.

Duílio Silva Campos

Subsecretário de Direitos Humanos

Masp: 1.483.096-2

86 cm -13 1621827 - I

EDITAL SEDESE Nº 05/2022

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República de 1988, baseada na Lei no 23.750/2020, no Decreto no 48.097/2020, na celebração do Acordo Judicial para reparação integral relativa ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA / Córrego do Feijão- Processo de Mediação SEI no 0122201-59.2020.8.13.0000 TJMG / CE-JUSC celebrado no dia 04/02/2021 e na Lei no 23.830, de 28 de julho de 2021 e na autorização concedida pelo Comitê de Orçamento e Finanças - COFIN - através do Ofício no 0498/2021, conforme previsão do art. 6º, do Decreto 48.097/2020, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público prestar assistência a emergências ambientais declaradas pela autoridade competente, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS - objetivando contratação temporária para os cargos das carreiras equivalentes de Analista de Gestão de Políticas Públicas em Desenvolvimento (Lei no 25.468/2005).

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este edital e a legislação aplicável regem as regras para contratação por tempo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, compreendendo o recrutamento, a seleção, a contratação e a dispensa de profissionais contratados.

1.2. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para o preenchimento de 6 (seis) vagas para a carreira equivalente de Analista de Gestão de Políticas Públicas em Desenvolvimento, para atuar na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, conforme Anexo I deste Edital, para prestar assistência a emergências ambientais declaradas pela autoridade competente, conforme inciso III do art. 3º da Lei nº 23.750/2020 e inciso III do art. 2º do Decreto nº 48.097/2020.

1.3. O prazo de validade do processo seletivo simplificado será de um ano, a contar a partir da divulgação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. O presente Processo Seletivo Simplificado não se constitui em concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição da República, nem a este se equipara para quaisquer fins ou efeitos.

1.5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura o direito à contratação, que deverá atender à oportunidade e conveniência das necessidades da Administração Pública.

1.6. O contrato temporário a que se refere o presente edital, baseado nos termos da Lei no 23.750/2020 e do Decreto no 48.097/2020, possui natureza administrativa e não gera entre o contratado e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE o vínculo empregatício de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho.

1.7. O contratado é segurado do Regime Geral de Previdência Social, conforme disposto no §13 do art. 40 da Constituição da República DE 1988, e no art. 12daLeinº 23.750/2020.

1.8. As atribuições a serem desenvolvidas pelos contratados para os cargos citados no item 1.2 são as previstas no Anexo I deste edital, para as respectivas carreiras equivalentes, conforme lei da carreira equivalente de Analista de Gestão de Políticas Públicas em Desenvolvimento (Lei no 25.468/2005).

1.8.1. As principais atividades a serem realizadas pelos contratados são as constantes no Anexo I deste Edital, podendo a chefia imediata delegar outras atividades em consonância com as leis das carreiras equivalentes citadas no item 1.8 e delegar atividades relacionadas à implementação dos projetos e ações previstas no Acordo Judicial para reparação integral relativa ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA / Córrego do Feijão- Processo de Mediação SEI no 0122201-59.2020.8.13.0000 TJMG / CE-JUSC celebrado no dia 04/02/2021 e na Lei no 23.830/2021.

1.9. A remuneração fixada para cada contrato corresponderá ao vencimento do respectivo cargo, conforme se segue:

CARGO	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
Analista de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento	Ensino Superior	40 horas semanais	R\$ 2.292,09

1.9.1. A remuneração será acrescido o auxílio-refeição o valor podendo chegar até R\$ 75,00 (setenta e cinco) reais por dia efetivamente trabalhado, conforme RESOLUÇÃO CONJUNTA COFIN/SEPLAG/ No 01, 24 DE FEVEREIRO DE 2022, Art. 3º - A ajuda de custo específica a que se refere o art. 2º terá a seguinte composição: I – uma parcela fixa, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) por dia efetivamente trabalhado; II – uma parcela variável, no valor de até R\$25,00 (vinte e cinco reais) por dia efetivamente trabalhado, vinculada ao cumprimento das metas previstas na resolução conjunta de que trata o “caput” do art. 2º, pago em pecúnia, aos servidores com carga horária de trabalho igual ou superior a 30 horas semanais, em conformidade com a legislação vigente para a SEDESE.

1.10. O candidato é responsável por todas as informações prestadas durante o Processo Seletivo Simplificado e, a constatação, em qualquer fase do Processo ou mesmo na vigência do contrato, de irregularidades nas informações ou na documentação implicará a exclusão do candidato ou a rescisão do contrato e aplicação de penalidades cabíveis.

1.11. Em conformidade com os parágrafos 2º e 3º do art. 6º do Decreto nº 48.097/2020, este processo seletivo é composto pelas etapas obrigatórias de Análise Curricular, com pontuação máxima de 100 (cem) pontos, e Entrevista, com pontuação máxima de 100 (cem) pontos, perfazendo um total de 200 (cem) pontos a serem distribuídos no somatório das etapas.

DAS INSCRIÇÕES

2.1. O período de inscrição será das 08:00horas do dia 18/04/2022 e término no dia 02/05/2022 às 17:00 horas, respeitando o prazo mínimo legal de 10 dias úteis previsto no § 4º, do art. 7º, do Decreto 48.097/2020.

2.2. As inscrições serão realizadas somente por meio eletrônico, cabendo ao candidato preencher seus dados pessoais e curriculares em ficha padrão disponível no link Processo Seletivo Simplificado: <http://www.processoseletivo.mg.gov.br>, por meio de computador desktop, preferencialmente pelos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox, sem garantia de funcionalidade por outro meio, como celulares ou tablets. O candidato deverá realizar sua inscrição, conforme Cadastro de Pessoas Físicas - CPF. O login será feito por meio do número do CPF e senha, disponibilizada no email cadastrado pelo candidato no sistema.

2.2.1. Não será permitido ao candidato se inscrever para mais de uma das vagas descritas no Anexo I.

2.2.2. As informações relativas ao processo seletivo, tais como comunicados, retificações, erratas, resultados, Manual de Instruções do Candidato dentre outros estarão disponíveis no site da SEDESE, conforme link: www.social.mg.gov.br.

2.3. Após finalizar sua inscrição, o candidato receberá um e-mail automático gerado pelo sistema, que servirá de comprovante da inscrição, podendo ser impresso pelo candidato. A confirmação da candidatura poderá também ser conferida no link Processo Seletivo Simplificado (<http://www.processoseletivo.mg.gov.br>).

2.4. A única forma prevista para entrega de documentos para inscrição no processo seletivo é a estabelecida no item 2.2 deste Edital, e não serão considerados os documentos encaminhados de forma diversa do disposto neste Edital.

2.5. Ao efetivar sua inscrição, o candidato manifestará sua concordância com todas as regras deste Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como as normas legais pertinentes e eventuais aditamentos, comunicações, instruções e devidas convocações, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

2.5.1. Durante a inscrição, o candidato deverá declarar que atenderá aos requisitos mínimos quando da contratação. Assim, a declaração pela não conformidade com algum dos incisos do item 8.1 poderá gerar eliminação automática do candidato no sistema.

2.6. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE não se responsabiliza por inscrições não recebidas por problemas de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falhas de sinal de internet, bem como outros fatores de ordem técnica, por parte do candidato, que impossibilitem a transferência dos dados.

2.7. Não será cobrado nenhum valor a título de inscrição.

2.8. Todas as menções a horário deste Edital terão como referência o horário oficial de Brasília.

DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

3.1. A documentação de que trata o item 3.2 deste Edital deverá ser anexada ao ato da inscrição no link Processo Seletivo Simplificado (<http://www.processoseletivo.mg.gov.br>) em campos específicos.

3.1.1. A documentação anexada deverá estar em formato PDF e cada documento não poderá ultrapassar o tamanho máximo de 2 megabytes.

3.2. Documentos comprobatórios

3.2.1. Documento de identidade com foto (RG ou Carteira de Motorista)

3.2.2. CPF

3.2.3. Cópia digitalizada dos diplomas, certificados ou declarações, emitidos por instituição de ensino oficial, relativos à área de formação exigida para a vaga na qual o candidato se inscreveu e, quando for o caso, títulos, formações ou capacitações adicionais que estejam relacionadas às atribuições da vaga;

3.2.4. Declaração de tempo de serviço e atividades desenvolvidas, fornecida pelo órgão ou instituição para qual o candidato prestou serviço, em papel timbrado com assinatura e carimbo do responsável ou autoridade responsável/contratante, com vistas à comprovação da experiência profissional e das atividades desempenhadas;

3.3. No caso de trabalhador autônomo a análise será de acordo com a documentação apresentada, que deverá conter no mínimo: duração da atividade, descrição da atividade desempenhada e comprovação conforme regulamentação da carreira pelo Conselho de Classe. Por exemplo, para comprovação do exercício de advocacia autônoma deve-se apresentar 5 atos privativos de advocacia por ano, conforme Lei 8.906/1994;

3.4. Cópia digitalizada do Registro no Conselho de Classe, quando necessário, conforme Anexo I.

3.5. A documentação original referente aos arquivos anexados no ato da inscrição poderá ser solicitada para conferência a qualquer tempo deste Processo Seletivo, no ato da contratação ou a qualquer momento que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, julgar oportuno, estando o candidato sujeito à desclassificação ou a ter seu contrato anulado diante da constatação de quaisquer irregularidades.

3.5.1. Não serão considerados para análise documentos que faltam dados para avaliação dos critérios estabelecidos neste Edital, bem como documentos ilegíveis, borrados, desconfigurados, sem assinatura ou que, de alguma forma, cause dificuldades de compreensão por parte dos membros da banca de avaliação.

3.6. Somente serão aceitos certificados e/ou declarações emitidos por órgãos e/ou instituições competentes para aquela finalidade, não sendo considerados atestados ou declarações de próprio punho subscritos pelo candidato.

DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1. O Processo Seletivo Público Simplificado será composto por duas etapas:

4.1.1. CANDIDATURA E HABILITAÇÃO MÍNIMA – Nessa fase, o candidato deverá preencher as informações pessoais e dados curriculares em formulário eletrônico e, em seguida, anexar a documentação para habilitação mínima e para a etapa de análise curricular. Esta etapa tem caráter eliminatório nos critérios previstos na habilitação mínima.

4.1.1.1. A análise dos documentos para habilitação mínima será realizada pela Comissão Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado que será composta por 3 (três) servidores públicos de cada órgão. A comissão conferirá se as inscrições obedecem às exigências de prazo, condições, documentos e itens expressos neste Edital e Anexos.

4.1.2. 1ª Etapa: ANÁLISE DE CURRÍCULO E TÍTULOS - Consiste em Análise de Currículo e Títulos para verificação das informações prestadas relativas à experiência acadêmica e profissional, que deverão estar em conformidade com as atribuições da vaga. Esta etapa tem caráter classificatório.

4.1.2.1. A etapa de análise de currículo e títulos terá como valor máximo 100 pontos, conforme Anexo II deste Edital e não precede de convocação.

4.1.2.2. A análise dos documentos será realizada pela Comissão Avaliadora descrita no item 4.1.1.1, que atribuirá pontuação conforme os critérios estabelecidos no Anexo II.

4.1.2.3. Serão pontuadas apenas as formações acadêmicas e experiências profissionais informadas pelo candidato que sejam compatíveis com as atribuições da vaga selecionada.

4.1.2.4. Não serão consideradas frações de ano ou tempo arredondado para efeito de cálculo de pontuação das experiências profissionais informadas.

4.1.2.5. Não serão consideradas, para efeito de experiência profissional, a realização de estágios (acadêmicos e profissionais), atuação em empresa júnior e como bolsistas.

4.1.2.6. O candidato poderá participar do Processo Seletivo Público Simplificado mesmo não obtendo pontuação nas experiências profissionais e acadêmicas, uma vez atendida a habilitação mínima contida no Anexo I.

4.1.2.7. No caso de candidatos concorrentes à mesma vaga e com igual pontuação na 1ª etapa, será utilizada como critério de desempate a idade e será melhor classificado o candidato idoso, nos termos da Lei 10.741/2003. Persistindo o empate será utilizado como critério o horário de nascimento constante na certidão de nascimento e será melhor classificado o candidato mais velho.

4.1.2.8. A lista dos candidatos habilitados na habilitação mínima e a classificação dos candidatos de acordo com as notas obtidas na 1ª etapa serão divulgadas no site eletrônico: www.social.mg.gov.br.

4.1.2.9. Serão convocados para participação da etapa de entrevista os candidatos com maior pontuação na 1ª etapa, até o limite de 5 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas, podendo ser menos, caso não hajam candidatos suficientes.

4.1.3. 2ª Etapa: ENTREVISTA - Consiste em realizar a entrevista com os candidatos aptos, em busca de informações e evidências sobre a trajetória profissional do candidato, para identificar quais comportamentos e resultados obteve, bem como agiu em determinadas situações profissionais, sendo esta etapa de caráter classificatório/eliminatório.

4.1.3.1. As entrevistas serão realizadas pela comissão Avaliadora descrita no item 4.1.1.1, que atribuirá pontuação conforme os critérios estabelecidos pelo Decreto 48.097/2020 descritos na tabela abaixo:

QUESTÃO A SER AVALIADA	PONTUAÇÃO
Capacidade de trabalho em equipe	20
Iniciativa e comportamento proativo no âmbito de atuação	20
Habilidade de comunicação e articulação institucional	20
Conhecimento e domínio de conteúdo da área de atuação	40
TOTAL	100

4.1.3.2. A nota final da avaliação dos critérios do item 4.1.3.1 resultará da média das notas atribuídas pelos avaliadores.

4.1.3.3. Os candidatos serão convocados para a entrevista com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, conforme § 8º, art. 6º, do Decreto 48.097/20, por meio do endereço eletrônico informado no ato do cadastro, bem como será publicizado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais e no site eletrônico www.social.mg.gov.br.

4.1.3.4. A data e o horário das entrevistas serão informados aos candidatos por meio do endereço eletrônico indicado no ato do cadastro, bem como será publicizado no site eletrônico www.social.mg.gov.br.

4.1.3.5. Caso necessário, a entrevista poderá ser realizada por meio de videoconferência, sendo de responsabilidade do candidato toda a infraestrutura necessária, tal como computador, internet e aplicativo a ser informado.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202204140005560134.

4.1.3.6. Para participar da entrevista o candidato deverá se identificar apresentando original da carteira de identidade ou outro documento oficial que contenha foto para conferência da Comissão Avaliadora.
 4.1.3.7. As entrevistas serão individuais, gravadas em áudio e/ou vídeo.
 4.1.3.8. Todas as despesas decorrentes do deslocamento para as entrevistas ocorrerão integralmente por conta do candidato.
 4.1.3.9. O não comparecimento do candidato à entrevista implicará automaticamente na sua eliminação.
 4.1.3.10. A tolerância para comparecimento à entrevista será de no máximo 15 (quinze) minutos do horário agendado. O atraso superior a 15 (quinze) minutos implicará automaticamente na eliminação do candidato.
 4.1.3.11. A entrevista terá duração máxima de 1h (uma hora).
 4.1.4. Para ser considerado habilitado na etapa da Entrevista, o candidato deverá alcançar no mínimo 60% (sessenta por cento) da pontuação prevista nesta etapa e obter pontuação em todos os indicadores previstos no item 4.1.3.1 deste Edital.
 4.1.4.1. O candidato inabilitado na etapa da Entrevista, será eliminado automaticamente do processo.
 4.1.5. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE não se responsabilizará por problemas de ordem técnica, como os já mencionado no item 2.6, que impossibilitem a conexão no momento da entrevista, não havendo, portanto, obrigatoriedade de realizar remarcação do agendamento.
 4.1.6. Na hipótese de não haver candidato(s) habilitado(s) na etapa da Entrevista que preencham o limite de 5 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE poderá convocar para entrevista o próximo candidato classificado na 1ª Etapa até atingir o quantitativo informado no item 4.1.2.9.

DOS RECURSOS

5.1. O candidato poderá interpor recurso em qualquer etapa do processo. O recurso deverá ser encaminhado por meio do e-mail edital.brumadinho@social.mg.gov.br, em formulário constante no Anexo III, em até 3 (três) dias úteis (prazo estipulado para que haja a efetiva garantia constitucional do direito de defesa — previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição da República —, e em consonância com o entendimento da Corte de Contas Mineira).
 5.2. O candidato deverá preencher o Formulário de Recurso (Anexo III) e encaminhar o requerimento com a fundamentação referente apenas à etapa selecionada para o recurso, e os documentos comprobatórios que julgar pertinentes para endossar o pedido (se houver), deverão ser digitalizados, preferencialmente em arquivo único e em formato PDF.
 5.2.1. A interposição do recurso deverá obedecer a sequência das etapas do Processo Seletivo Simplificado, não podendo o candidato interpor recurso referente a uma etapa anterior.
 5.2.2. O prazo a que se refere o item 5.1 iniciará no primeiro dia após a publicação do resultado da Etapa referente ao Processo Seletivo Público Simplificado.
 5.3. O deferimento ou indeferimento do recurso será informado ao candidato pela respectiva comissão avaliadora pelo site eletrônico www.social.mg.gov.br até 3 (três) dias úteis a contar da data posterior ao prazo final de recebimento de recursos.
 5.3.1. O prazo a que se refere o item 5.3 iniciará no primeiro dia útil a contar da data posterior ao prazo final de recebimento de recursos da Etapa referente ao Processo Seletivo Público Simplificado, podendo ser prorrogado e comunicado pelo site eletrônico www.social.mg.gov.br.
 5.4. Não serão considerados os recursos registrados fora do prazo ou encaminhados de forma diversa do disposto no item 5 deste edital.

DO RESULTADO FINAL

6.1. A nota final dos candidatos, adotada para efeitos de classificação final, será composta pelo somatório da pontuação obtida na 1ª etapa e na 2ª etapa. Será selecionado o candidato que obtiver a maior pontuação total.
 6.2. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de pontuação.
 6.3. No caso de candidatos concorrentes à mesma vaga e com igual pontuação na classificação final, será utilizada como critério de desempate abaixo:
 a) O candidato mais idoso, nos termos da Lei 10.741/2003;
 b) O candidato que tiver maior pontuação na 2ª etapa (Entrevista);
 6.3.1. Persistindo o empate, será melhor classificado o candidato mais velho, utilizando como critério o horário de nascimento constante na certidão de nascimento.
 6.4. O resultado final do processo seletivo simplificado será publicado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais pela Comissão Especial de Acompanhamento do Processo Seletivo Público Simplificado instituída pela Resolução Sedese 16/2022 de 29 de março de 2022 (45120921), conforme §5º, art. 7º do Decreto 48.097/2021 e no site eletrônico www.social.mg.gov.br.
 6.5. Os candidatos classificados para os respectivos cargos serão convocados, por meio de publicação no site da SEDESE, obedecendo à estrita ordem de classificação final.

DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ-ADMISSIONAIS

7.1. O candidato selecionado deverá se submeter a exames médicos pré-admissionais, realizados pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional em Belo Horizonte, que aferirá a aptidão física e mental para exercício da função, nos termos do Decreto nº 46.968, de 11 de março de 2016.
 7.2. O candidato considerado inapto no exame médico pré-admissional estará impedido de ser contratado e, neste caso, será convocado o próximo candidato aprovado.
 7.3. Durante o período da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), deverá ser observado as disposições vigentes.
 7.4. Para realização de exame admissional o candidato deverá apresentar os exames listados no item 7.4.2 e deverá submeter-se à inspeção médica.
 7.4.1. Deverá ser realizado agendamento por meio do telefone 155 Lig Minas, opção 9 ou pessoalmente na Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional – SCPMSO – Rua da Bahia 1148 - 4º Andar, Centro, Belo Horizonte.
 7.4.1.1. A Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 no 169, DE 08/07/2021, faculta que o Exame Admissional exigido para a posse, exclusivamente, em cargo de provimento em comissão de recrutamento amplo ou para celebração de contrato temporário, durante o período que durar a situação de emergência em saúde pública de que trata o Decreto NE nº 113, de 12 de março de 2020, poderá ser substituído pela apresentação de atestado de atestado de saúde ocupacional, emitido por profissional médico assistente, e apresentação do Questionário de Antecedentes clínicos. O candidato também poderá optar pelo pedido de agendamento de perícia médica para pré-admissional por meio de abertura de chamado no RH Responde, escolhendo o assunto “REQUERIMENTO DE Pré-admissional - SCPMSO (Perícia Médica)”, preenchendo o formulário e, no campo “Descrição”, complementar com as seguintes informações: Nome completo, CPF, data de nascimento, nome da mãe e o cargo pretendido - conforme Orientação de Serviço SCPMSO no 05, de 10 de outubro de 2020.
 7.4.2. Na data agendada, deverão ser apresentados original de resultado dos seguintes exames feitos às expensas do candidato aprovado:
 a) hemograma completo;
 b) glicemia de jejum;
 c) urina rotina.
 7.4.2.1. Os exames deverão indicar, além do nome completo, o número do documento de identidade do candidato; a identificação dos profissionais que os realizaram; e a data de sua realização. No exame de urina rotina deverá constar que a urina foi colhida no referido laboratório. Na perícia admissional não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax.
 7.4.2.2. Os exames listados no item 7.4.2, poderão ser realizados em laboratórios de livre escolha do candidato e terão validade de 30 (trinta) dias.
 7.5. A marcação da perícia médica somente deverá ser realizada após a convocação do órgão para a contratação.
 7.6. O selecionado terá o prazo de até 7 (sete) dias corridos para a realização e apresentação de exames complementares, quando exigidos.

DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA CONTRATAÇÃO

8.1. Para contratação, o profissional deverá comprovar as seguintes condições:
 a) Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas legais correspondentes;
 b) Ter idade mínima de 18 anos na data da assinatura do contrato;
 c) Estar quite com a justiça eleitoral;
 d) Estar quite com o serviço militar, do sexo masculino;
 e) Apresentar atestado de aptidão física e mental;
 f) Não ser aposentado por invalidez;
 g) Não ter sofrido redução de sua capacidade laboral que implique em limitação do exercício das funções para a qual se candidatar;
 h) Não ter vínculo, por contrato temporário, com a administração pública, seus órgãos ou entidades, ainda que haja compatibilidade de horários, salvo nos casos de acumulação lícita, prevista no artigo 37 da Constituição Federal;
 i) Comprovar habilitação mínima para a vaga para a qual foi selecionado, conforme Anexo I.
 j) Comprovante de registro de classe ativo, quando couber, conforme Anexo I.
 8.1.1. A comprovação dos itens acima será realizada no momento da contratação, através da conferência da documentação.

DA CONTRATAÇÃO

9.1. As contratações celebradas com base no presente Processo Seletivo Simplificado terão como requisito básico ter sido aprovado em conformidade com os critérios estabelecidos neste Edital e obedecerão às disposições constantes na Lei nº 23.750/2020 e no Decreto nº 48.097/2020, bem como às condições previstas no Estatuto do Servidor - Lei nº 869/52.
 9.2. O contrato terá prazo de 6 (seis) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado caso ainda persista a situação de emergência que autorizou a contratação, desde que o prazo total, correspondente ao prazo do contrato original somado ao prazo da prorrogação, não exceda 24 (vinte e quatro) meses, observadas as condições previstas no art. 5º inciso I da Lei Estadual nº 23.750/2020 e no art. 4º inciso I do Decreto Estadual nº 48.097/2020.
 9.3. O candidato convocado para contratação que não manifestar interesse em assinar o contrato em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data de convocação será automaticamente desclassificado do Processo Seletivo Simplificado, e o próximo candidato classificado será convocado para sua vaga, obedecendo a ordem de classificação final.
 9.4. Para formalizar o contrato administrativo com o órgão ou entidade de exercício, o candidato selecionado deverá apresentar original e cópia de:
 a) Carteira de Identidade;
 b) CPF;
 c) Título Eleitoral e Último Comprovante de Votação;
 d) Comprovante de Endereço Residencial;
 e) Último contracheque da instituição de origem (se foi servidor de outro órgão ou entidade estadual);
 f) Diploma ou declaração de escolaridade;
 g) Cadastro no PIS/PASEP;
 h) Certidão dos dependentes (menores de 21 anos);
 i) Declaração de Bens da última declaração do Imposto de Renda;
 j) Resultado de Inspeção Médica (RIM) emitido pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional - SEPLAG
 k) Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino;
 l) Certidão de nascimento ou de casamento;
 m) Comprovante de conta bancária do Banco do Brasil (conta corrente);
 n) Carteira de Trabalho;
 o) Comprovante de registro de classe ativo, quando couber, conforme Anexo I.
 9.5. O candidato que não apresentar, quando solicitado, qualquer um dos documentos especificados nos itens anteriores deste Edital, bem como não comprovar qualquer um dos requisitos para investidura na função, não poderá assinar o contrato e será automaticamente eliminado do processo.
 9.6. A lotação dos candidatos será indicada no Edital (Anexo I - município de Belo Horizonte) com possibilidade de deslocamentos/viagens para, pelo menos, os 26 municípios impactados, a saber: Abaete, Betim; Brumadinho; Biquinhas, Caetanópolis; Curvelo; Esmeraldas; Felixlândia; Florestal; Fortuna de Minas; Igarapé; Juatuba; Maravilhas; Mário Campos; Mateus Leme; Morada Nova de Minas; Paineiras; Papagaios; Pará de Minas; Paraopeba; Pequi; Pompéu; São Gonçalo do Abaeté; São Joaquim de Bicas; São José de Varginha e Três Marias.
 9.7. O contratado não poderá:
 a) receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
 b) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
 c) ser novamente contratado, salvo nas hipóteses em que a nova contratação seja precedida de novo processo seletivo simplificado, observado o disposto no item 4 deste Edital.
 9.8. O contratado temporário fará jus aos direitos estabelecidos no §3º do art. 39 da Constituição da República.
 9.9. Aplica-se ao contratado temporário o disposto nos arts. 139 a 142, 152 a 155, 191 a 212, 216, 217, nos incisos I, III e V do art. 244 e nos arts. 245 a 274 da Lei nº 869, de 1952, no que couber.
 9.10. O contratado será contribuinte do Regime Geral de Previdência Social e o contrato firmado é administrativo, que não gera vínculo empregatício de qualquer espécie entre o contratado e o Estado de Minas Gerais.
 9.11. É facultada, ao contratado temporário, a assistência médica, hospitalar e odontológica a que se refere o art. 85 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, prestada pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg, a qual será custeada por contribuição do contratado, com alíquota de 3,2% (três vírgula dois por cento), a ser descontada da remuneração de contribuição, nos termos do regulamento do Ipsemg.

DA EXTINÇÃO, DO TÉRMINO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato celebrado será extinto, sem direito a indenizações de qualquer espécie:
 a) Pelo término do prazo contratual;
 b) Por iniciativa do contratado.
 c) Pela extinção da causa transitória justificadora da contratação;
 d) por descumprimento de cláusula contratual pelo contratado, mediante procedimento administrativo disciplinar e garantida a ampla defesa.
 10.2. No caso do item b a extinção será precedida de comunicação ao órgão, à autarquia ou à fundação contratante com antecedência mínima de trinta dias, nos termos do artigo 16, parágrafo primeiro da Lei 23.750/2020
 10.3. No caso do item c, competirá à autoridade máxima do órgão, da autarquia ou da fundação contratante declarar imediatamente a extinção da causa transitória justificadora da contratação, considerando-se, a partir da data de comunicação ou da publicação da respectiva declaração, rescindidos os contratos vigentes, desde que os contratados sejam comunicados com antecedência mínima de trinta dias.
 10.4. Na extinção, no término e na rescisão serão pagos os dias trabalhados, o décimo terceiro salário proporcional e demais direitos previstos no parágrafo terceiro do artigo 39 da Constituição da República.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As publicações oficiais referentes ao Processo Seletivo Público Simplificado de que trata este Edital estarão disponíveis no site eletrônico www.social.mg.gov.br.
 11.2. Será de responsabilidade do candidato acompanhar o andamento do Processo Seletivo Simplificado, tanto nos termos ora mencionados, como em casos de eventuais alterações e retificações que, porventura, venham a ocorrer.
 11.3. Conforme art. 7º do Decreto 48.097/2020, o extrato do presente edital será publicado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais, além da disponibilização do inteiro teor deste no site eletrônico www.social.mg.gov.br.
 11.4. O candidato que prestar declaração falsa ou inexata poderá responder pela irregularidade nas esferas penal, civil e administrativa.
 11.5. A classificação do candidato não garante sua convocação e contratação imediata, que somente ocorrerá de acordo com a necessidade do órgão, observado o acordo homologado em juízo, a legislação vigente, a ordem de classificação e o preenchimento das vagas ofertadas.
 11.6. Durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado, caso ocorra um aumento no número de vagas ofertadas neste Edital ou necessidade de substituição do candidato selecionado e/ou contratado, os candidatos que foram classificados, mas não foram convocados para assinatura de contrato, poderão ser chamados, de acordo com a ordem de classificação homologada.
 11.7. As Comissões não fornecerão qualquer documento (declarações, atestados, certidões) referente à participação ou aos resultados no processo de que trata este Edital.
 11.8. Recomenda-se aos candidatos a leitura atenta da Lei nº 23.750/2020 e do Decreto 48.097/2020, que a regulamentam, e que tratam das contratações, pela administração estadual, para atendimento a necessidades excepcionais, emergenciais e temporárias.
 11.9. O Anexo I deste Edital relaciona o quantitativo de vagas de contratos administrativos temporários por órgão/entidade de lotação.
 11.10. Demais informações e orientações sobre o Processo Seletivo Simplificado poderão ser obtidas por meio do e-mail edital.brumadinho@social.mg.gov.br.
 11.11. É de responsabilidade do candidato manter suas informações cadastrais atualizadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.
 11.12. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2022.
 Elizabeth Jucáe Mello Jacometti
 Secretária de Estado de Desenvolvimento Social

ANEXOS AO EDITAL SEDESE 05/2022
ANEXO I
DESCRIÇÃO DOS CARGOS EQUIVALENTES, REMUNERAÇÃO, ATIVIDADES, CATEGORIAS PROFISSIONAIS E PRÉ-REQUISITOS EXIGIDOS.

VAGA 01- SEDESE – (Projetos) Analista de Gestão de Políticas Públicas em Desenvolvimento – Belo Horizonte – 03 vagas						
CARREIRA EQUIVALENTE	REMUNERAÇÃO BRUTA	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	ATIVIDADES	HABILITAÇÃO MÍNIMA	Nº VAGAS
Analista de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento	2292,09	Superior Completo	40 horas	Implementação e monitoramento dos projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social previstos nos instrumentos de reparação para os municípios atingidos pelo rompimento da barragem da Vale S.A em Brumadinho; Relacionamento e articulação com atores locais (sociedade, poder público e iniciativa privada); Gestão e monitoramento dos projetos utilizando ferramentas do pacote Office; Elaboração de relatórios gerenciais utilizando ferramentas do pacote Office; Gestão do conhecimento, comunicação e elaboração de documentos técnicos e estudos relacionados aos projetos de Desenvolvimento Social da Sedese;	Graduação em Administração Pública, Gestão Pública ou Ciências Econômicas.	03



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
 A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202204140005560135.

VAGA 02 - SEDESE-- (SUAS) Analista de Gestão de Políticas Públicas em Desenvolvimento – Belo Horizonte – 03 vagas						
CARREIRA EQUIVALENTE	REMUNERAÇÃO BRUTA	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO MÍNIMA	Nº VAGAS
Analista de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento	2292,09	Superior Completo	40 horas	Implementação e monitoramento dos projetos de Fortalecimento Socioassistencial previstos nos instrumentos de reparação para os municípios atingidos pelo rompimento da barragem da Vale S.A em Brumadinho; Relacionamento e articulação com atores locais (sociedade, poder público e iniciativa privada); Estudo e análise de legislação da área de assistência social; Fornecimento de apoio técnico aos municípios, em temáticas voltadas a política de assistência social no território, de forma remota e presencial (quando couber), incluindo a realização de visitas técnicas a todos os municípios contemplados pelos projetos contemplados nos Acordo Judicial. Acompanhamento do planejamento e execução dos cursos de capacitação que serão contratados pela Vale S.A. e disponibilizados aos atores do Suas dos territórios, para que estes estejam de acordo com a Política Nacional de Educação Permanente, bem como com o Plano Estadual de Educação Permanente. Gestão e monitoramento dos projetos utilizando ferramentas do pacote Office; Elaboração de relatórios gerenciais utilizando ferramentas do pacote Office; Gestão do conhecimento, comunicação e elaboração de documentos técnicos e estudos relacionados aos projetos de Desenvolvimento Social da Sedese.	Graduação em serviço social, direito, administração pública ou gestão pública	03

ANEXO II
CRITÉRIOS DE ANÁLISE CURRICULAR E PONTUAÇÃO

ITEM CURRICULAR ANALISADO	FORMA DE COMPROVAÇÃO	PONTUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Habilitação Mínima	Diploma, Certificado ou Declaração emitido por Instituição de Ensino com indicação da data de conclusão, e demais documentos conforme exigência da vaga no Anexo I. Quando exigida comprovação da experiência profissional o candidato deverá anexar declaração ou documentação equivalente que declare tempo de serviço e atividades desenvolvidas, fornecida pelo órgão ou instituição para qual o candidato prestou serviço.	Zero	- Habilitação Mínima
Experiência profissional	Declaração ou documentação equivalente que declare tempo de serviço e atividades desenvolvidas, fornecida pelo órgão ou instituição para qual o candidato prestou serviço.	6 pontos por ano até o limite de 5 anos. Será considerada a experiência profissional de acordo com as atribuições da vaga descritas no Anexo I.	Para efeito de pontuação, não será considerada fração de ano. A pontuação será cumulativa até o limite de 30 pontos.
Formação superior àquela exigida como pré-requisito	Diploma, Certificado, Declaração ou Histórico Escolar emitido por Instituição de Ensino e/ou curso reconhecido pelo MEC.	Especialização = 5 pontos Mestrado = 10 pontos Doutorado = 15 pontos Será considerada a formação superior àquela exigida como pré-requisito de acordo com as atribuições da vaga descritas no Anexo I.	Especialização: No mínimo de 360 horas, em instituição reconhecida pelo MEC. A pontuação será cumulativa até o limite de 30 pontos.
Capacitação ou Formação (Cursos, Seminários, Congressos, Treinamentos etc.)	Declaração ou Certificado com histórico, data, e carga horária.	Até 30 horas = 1 ponto De 31 a 60 = 2 pontos De 61 a 90 = 4 pontos Mais de 90 = 6 pontos Certificados de Congressos e Seminários em que conste carga horária em dias serão considerados 8 horas por dia certificado. Será considerada a Capacitação ou Formação de acordo com as atribuições da vaga descritas no Anexo I.	Somente serão pontuadas as capacitações e formações concluídas. A pontuação será cumulativa até o limite de 10 pontos. A inserção de declarações ou certificados está limitada a 15 documentos.
Experiência profissional no setor público	Declaração do órgão ou entidade com função exercida, tempo de duração e publicação de atos de nomeação, exoneração e celebração e encerramento de contratos temporários.	Experiência em órgão, entidade ou empresa pública como servidor público ocupante de cargo efetivo, comissionado, empregado público ou contrato temporário. Será considerada a experiência profissional no setor público de acordo com as atribuições da vaga descritas no Anexo I. 6 pontos por ano até o limite de 5 anos.	Será considerada pontuação de no mínimo 01 ano em exercício no vínculo. Para efeito de pontuação, não será considerada fração de ano. A pontuação será cumulativa até o limite de 30 pontos.

ANEXO III
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ref.: Recurso contra decisão relativa ao Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital SEDESE nº 05/2022, realizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Eu, _____, RG _____, CPF _____, candidato a vaga de _____ para atuação em Belo Horizonte, apresento recurso ao resultado referente à: (assinale a etapa de referência):

- Habilitação mínima
 1ª Etapa – Análise Curricular
 2ª Etapa – Entrevista

A decisão objeto de contestação é: (explicitar a decisão que está sendo contestada):

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos:

Local: Data:

Assinatura do candidato

268 cm -13 1622277 - 1

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS - COHABERRATA
EXTRATO DE CONTRATO

Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas – CNPJ: 17.161.837/0001-15 – 1 – Aditivo de Rerratificação ao Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica N.º 001/2020, SEI 5070.01.0000070/2020-81, celebrado com o Colégio Registral Imobiliário De Minas Gerais – CORI-MG, CNPJ/ 20.754.964/0001-32, datado de 13.04.2022.

Onde se lê: O presente instrumento tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, a contar de 02/04/2023.

Leia-se: O presente instrumento tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, a contar de 02/04/2022.

3 cm -13 1622322 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas – CNPJ: 17.161.837/0001-15 – 1 – Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 5314-00-19, celebrado com a Maza Construtora LTDA –, datado de 01.04.2022. Licitação Concorrência CO n.º 004/2017. Objeto: prorrogar a vigência do contrato no.5314-00-19 por mais 496 (quatrocentos e noventa e seis) dias, em conformidade com o art. 57 da Lei Federal nº8.666/93, contando-se a presenteprorrogação de prazo a partir de 02/04/2022 até 11/08/2023.

2 cm -13 1621883 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

RESUMO DO II TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 1900010900
 PROCESSO DE COMPRAS Nº 1190001 000022/2020 –
 CONTRATO PORTAL DE COMPRAS Nº 009247300
 (PROCESSO SEI Nº: 1190.01.0002587/2020-22)

Partes: SEF/MG e IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A. Objeto: I - a prorrogação da vigência contratual por mais um período de 12 (doze) meses, com início em 18/05/2022 e término em 17/05/2023; II - a alteração do subitem 1.3 da Cláusula Primeira - "Do Objeto"; III - a alteração da redação do Item 3.1 daCláusula Terceira - "Vigência": 12 (doze) meses, a partir de 18/05/2022; IV - a alteração do subitem 4.1 da Cláusula Quarta - "Preço": valor total da contratação, para o período compreendido entre 28/04/2022 e 17/05/2023, é de R\$ 335.586,39; V - O valor estimado anual para eventual prorrogação é de R\$ 333.841,64; VI - A diferença a ser apurada entre os valores a serem pagos pelos serviços de manutenção, suporte e atualização de licençasVMwareefetivamente prestados e o valor reajustado, que deverá incidir a partir de 28/04/2022, no montante de R\$ 1.744,75, será pago em 01 (uma) única parcela, com vencimento no primeiro mês subsequente, a data de assinatura deste Termo Aditivo, devendo a CONTRATADA encaminhar a respectiva fatura.

Lindenberg Naffah Ferreira, Superintendente de Tecnologia da Informação-STI/SEF - 13/04/2022.

5 cm -13 1622338 - 1

MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A - MGI

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 004/2022
 A MGI torna público que em 03/05/2022, irá realizar licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO, pelo Portal Eletrônico www.compras.mg.gov.br destinada à aquisição de teclados, mouses, HD's externos, SSD's para baia de 3,5", adaptadores para SSD's, kit de toner para impressora Kyocera ECOSYS P5021cdn, fontes de alimentação, Smartphones, monitores e notebook's, conforme

as especificações descritas e detalhadas no Termo de Referência. Envio das propostas: a partir das 10:00h de 18/04/2022 até às 10:00h do dia 03/05/2022. Sessão de disputa: 03/05/2022 às 10h20min. O Pregão eletrônico será realizado por pregoeiro designado por portaria. As informações poderão ser encontradas e obtidas no EDITAL Nº 004/2022 e seus Anexos, no supracitado Portal Eletrônico, no sítio da MGI: www.mgipart.com.br ou através do e-mail contratos@mgipart.com.br.

3 cm -13 1621944 - 1

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE MINAS GERAIS - JUCEMG

EXTRATO TERMO DE ADESÃO

2250.01.0000331/2022-36
 I-Partes: Município de Igaratinga e Jucemg. II- Da Adesão: Adesão ao Convênio celebrado, em 07/07/2011, entre a JUCEMG e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que objetiva a integração dos cadastros e o intercâmbio de informações entre o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc) e o sistema aplicativo de integração estadual. Firmado em 12 de abril de 2022 por Fábio Alves da Costa, pelo Município de Igaratinga e por Bruno Selmi Dei Falci, pela Jucemg.

EXTRATO TERMO DE ADESÃO

2250.01.0000145/2022-14
 I-Partes: Município de Jeceaba e Jucemg. II- Da Adesão: Adesão ao Convênio celebrado, em 07/07/2011, entre a JUCEMG e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que objetiva a integração dos cadastros e o intercâmbio de informações entre o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc) e o sistema aplicativo de integração estadual. Firmado em 12 de abril de 2022 por José Donizete Almeida Maia, pelo Município de Jeceaba e por Bruno Selmi Dei Falci, pela Jucemg.

EXTRATO TERMO DE ADESÃO

2250.01.0000145/2022-14
 I-Partes: Município de Jeceaba, Jucemg e Sebrae-MG. II-Objeto: Implantação, promoção e coordenação de ações para prestação de serviços, informações e capacitações a empreendedores, empresários e/ou gestores públicos usuários das Salas Mineiras do Empreendedor. III- Vigência da adesão: a contar da sua assinatura até 07/06/2026. IV- Dos repasses financeiros: não há repasses financeiros entre o aderente e os convenientes. Firmado em 12 de abril de 2022 por José Donizete Almeida Maia, pelo Município de Jeceaba; por Afonso Maria Rocha e por João Cruz Reis Filho, ambos pelo Sebrae-MG e por Bruno Selmi Dei Falci, pela Jucemg.

7 cm -13 1621947 - 1

EXTRATO -TERMO CONTRATUAL

PROCESSO SEI Nº 2250.01.0000065/2022-40
 I-Partes: Jucemg e Boa Vista Serviços S.A; II-Objeto: Fornecer periodicamente, em meio eletrônico, as informações quantitativas ou qualitativas das empresas arquivadas na Junta Comercial, para utilização exclusivamente interna mediante pagamento de preço público, conforme Tabela de Preços Públicos de serviços da Jucemg, atualizada pela Resolução RP Nº 01/2018 datada de 30 de agosto de 2018. III- Vigência: 60 (sessenta) meses a contar da data de publicação do extrato do contrato; IV-Foro: Belo Horizonte, Firmado em 13/04/2022 por Henrique Peixoto Petrocchi da Costa pela Jucemg, e por Ronaldo dos Santos Sachetto e Dirceu Judas Gardel Filho, ambos pela Boa Vista Serviços S.A.

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO SIAD N. 9223585/2019
 PROCESSO SEI N. 2250.01.0002751/2019-83
 I- Partes: Jucemg e Microhard Informática Ltda; II- Da finalidade: A finalidade do presente termo aditivo é a inclusão de cláusula de proteção de dados pessoais, conforme correios eletrônicos enviados em 20/09/2021 (SEI 41350895) e em 30/11/2021 (SEI 41351126) pela Dgf/Jucemg sobre as diretrizes de Lgpd, bem como pelo Memorando. Jucemg/Gtiic nº 92/2021 (SEI 41351360) de 17/12/2021; III- Da

fundamentação: O presente instrumento está amparado na Cláusula Décima Sexta, subcláusula 16.1 do Contrato Original e com fulcro na Lei 8.666/1993, especificamente, no Art.58, inciso I c/c Art. 65, inciso I, alínea "a"; IV- Das disposições finais: Permanecem vigentes e inalteradas as cláusulas e condições do Contrato Original, não modificados pelo presente Termo Aditivo, que terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, para surtir seus efeitos legais. Firmado em 13/04/2022 por Henrique Peixoto Petrocchi da Costa pela Jucemg, e por José Glicério Ruas Alves pela Microhard Informática Ltda.

7 cm -13 1622267 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

RETIFICAÇÃO

No AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL SEINFRA Nº 002/2022, publicado na página 58 do Diário Oficial do Estado, do dia 13/04/2022, onde se lê: "Data da Sessão Pública: 19 de maio de 2022, às 14h, no Plenário do Edifício Minas, 9º andar, na Cidade Administrativa", leia-se: "Data da Sessão Pública: 19 de maio de 2022, às 14h, no Plenário do Edifício Gerais, 9º andar, na Cidade Administrativa".

2 cm -13 1622018 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 1301000911/2020. Partes: SEINFRA e o Município de Ponto dos Volantes. Objeto: ampliar a meta do convênio original, com utilização do saldo remanescente no valor de R\$ 53.808,21, referente à diferença existente entre o valor total do convênio e o valor licitado; utilizar o valor de R\$ 3.056,45, proveniente de rendimentos financeiros e crescer na contrapartida municipal o valor de R\$ 2.700,48, que passa a ser de R\$ 70.898,02, passando o convênio original a ter o valor total de R\$ 273.954,47; alterar o plano de trabalho com reprogramação e adequação, conforme parecer técnico aprovado. Assinatura: 08/04/2022. Processo SEI nº 1300.01.0001502/2020-20.

3 cm -13 1622334 - 1

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SETOP Nº 003/2008

PROCESSO SEI/GOV/MG: 1300.01.0000761/2022-39.
 Partes: ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e CONSORCIO VIA AMAZONAS.
 Objeto: exclusão, com eficácia sujeita a condição suspensiva, dos seguintes terminais e estações de transferência – MOVE a que faz menção o item 10.1.35 inserido na Cláusula 1.1 do Segundo Termo Aditivo ao CONTRATO ORIGINAL:
 Terminais: 1) São Benedito; 2) Morro Alto; 3) Sarzedo; 4) Justinópolis e 5) Ibitiré.
 Estações de Transferência – MOVE: 1) Risoleta Neves; 2) Portal Santa Luzia; 3) Ubajara; 4) Atalaia; 5) Alvorada; 6) Bernardo Monteiro; 7) Nossa Senhora de Copacabana; 8) UPA Justinópolis; 9) Bosque da Esperança; 10) Trevo Santa Luzia; 11) Canaã; 12) Cidade Administrativa; 13) Trevo Morro Alto; 14) Serra Verde; 15) Parque São Pedro; 16) Aarão Reis; e 17) Oiapoque.
 Os terminais e estações de transferência não mencionados nas Cláusulas 1.1.1 e 1.1.2 que permanecerão sob gestão do CONTRATADO até posterior eventual delegação são: 1) Terminal Vilarinho; 2) Terminal São Gabriel; 3) Estação Planalto; 4) Estação Lagoa do Nado; 5) Estação Monte Castelo; 6) Estação Santa Rosa; 7) Estação UFMG; 8) Estação Colégio Militar; 9) Estação Cachoeirinha; 10) Estação Aparecida; 11) Estação Hospital Belo Horizonte; 12) Estação Hospital Odilon Behrens; 13) Estação Cristiano Guimarães; 14) Estação São João Batista; 15) Estação Monteze; 16) Estação Mineirão; 17) Estação Liberdade; 18) Estação São Francisco; 19) Estação Américo Vespúcio; 20) Estação Operários; 21) Estação Iapi; 22) Estação Senai; 23) Estação Minas Shopping; 24) Estação Cidade Nova; 25) Estação São Judas Tadeu;

26) Estação Silvano Brandão; 27) Estação Ouro Minas; 28) Estação Ipiranga; 29) Estação Lagoinha; 30) Estação Espírito Santo; 31) Estação Tupinambás; 32) Estação União; 33) Estação Sagrada Família, bem como todas as Estações e Terminais que forem criadas após a assinatura deste Aditivo.

Fernando S. Marcato
 Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SETOP Nº 004/2008

PROCESSO SEI/GOV/MG: 1300.01.0001598/2022-41.
 Partes: ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e UNIMINAS CONSORCIO.
 Objeto: exclusão, com eficácia sujeita a condição suspensiva, dos seguintes terminais e estações de transferência – MOVE a que faz menção o item 10.1.35 inserido na Cláusula 1.1 do Segundo Termo Aditivo ao CONTRATO ORIGINAL:
 Terminais: 1) São Benedito; 2) Morro Alto; 3) Sarzedo; 4) Justinópolis e 5) Ibitiré.

Estações de Transferência – MOVE: 1) Risoleta Neves; 2) Portal Santa Luzia; 3) Ubajara; 4) Atalaia; 5) Alvorada; 6) Bernardo Monteiro; 7) Nossa Senhora de Copacabana; 8) UPA Justinópolis; 9) Bosque da Esperança; 10) Trevo Santa Luzia; 11) Canaã; 12) Cidade Administrativa; 13) Trevo Morro Alto; 14) Serra Verde; 15) Parque São Pedro; 16) Aarão Reis; e 17) Oiapoque.

Os terminais e estações de transferência não mencionados nas Cláusulas 1.1.1 e 1.1.2 que permanecerão sob gestão do CONTRATADO até posterior eventual delegação são: 1) Terminal Vilarinho; 2) Terminal São Gabriel; 3) Estação Planalto; 4) Estação Lagoa do Nado; 5) Estação Monte Castelo; 6) Estação Santa Rosa; 7) Estação UFMG; 8) Estação Colégio Militar; 9) Estação Cachoeirinha; 10) Estação Aparecida; 11) Estação Hospital Belo Horizonte; 12) Estação Hospital Odilon Behrens; 13) Estação Cristiano Guimarães; 14) Estação São João Batista; 15) Estação Monteze; 16) Estação Mineirão; 17) Estação Liberdade; 18) Estação São Francisco; 19) Estação Américo Vespúcio; 20) Estação Operários; 21) Estação Iapi; 22) Estação Senai; 23) Estação Minas Shopping; 24) Estação Cidade Nova; 25) Estação São Judas Tadeu; 26) Estação Silvano Brandão; 27) Estação Espírito Santo; 31) Estação Tupinambás; 32) Estação União; 33) Estação Sagrada Família, bem como todas as Estações e Terminais que forem criadas após a assinatura deste Aditivo.

Fernando S. Marcato
 Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SETOP Nº 006/2008

PROCESSO SEI/GOV/MG: 1300.01.0001662/2022-59.
 Partes: ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e CONSORCIO METROPOLITANO DE TRANSPORTE.
 Objeto: exclusão, com eficácia sujeita a condição suspensiva, dos seguintes terminais e estações de transferência – MOVE a que faz menção o item 10.1.35 inserido na Cláusula 1.1 do Segundo Termo Aditivo ao CONTRATO ORIGINAL:
 Terminais: 1) São Benedito; 2) Morro Alto; 3) Sarzedo; 4) Justinópolis e 5) Ibitiré.

Estações de Transferência – MOVE: 1) Risoleta Neves; 2) Portal Santa Luzia; 3) Ubajara; 4) Atalaia; 5) Alvorada; 6) Bernardo Monteiro; 7) Nossa Senhora de Copacabana; 8) UPA Justinópolis; 9) Bosque da Esperança; 10) Trevo Santa Luzia; 11) Canaã; 12) Cidade Administrativa; 13) Trevo Morro Alto; 14) Serra Verde; 15) Parque São Pedro; 16) Aarão Reis; e 17) Oiapoque.

Os terminais e estações de transferência não mencionados nas Cláusulas 1.1.1 e 1.1.2 que permanecerão sob gestão do CONTRATADO até posterior eventual delegação são: 1) Terminal Vilarinho; 2) Terminal São Gabriel; 3) Estação Planalto; 4) Estação Lagoa do Nado; 5) Estação Monte Castelo; 6) Estação Santa Rosa; 7) Estação UFMG; 8) Estação Colégio Militar; 9) Estação Cachoeirinha; 10) Estação Aparecida; 11) Estação Hospital Belo Horizonte; 12) Estação Hospital Odilon Behrens; 13) Estação Cristiano Guimarães; 14) Estação São João Batista; 15)



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202204140005560136.